

FORMAÇÃO, VIDA E TRABALHO COMO ELEMENTOS DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS.

Amanda Arcelino da Silva Cavalcante (1); Francisca Angerline de Lima da Silva (2); Elisângela André da Silva Costa (3).

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, amandaacelino@yahoo.com.br (1); UNILAB, angerlinelima@hotmail.com (2); elisangelaandre@unilab.edu.br (3).

Resumo: O presente texto apresenta dados da pesquisa “Mapeamento do Perfil dos Professores de EJA no Maciço de Baturité: uma reflexão sobre formação, vida e trabalho”, objetivando apresentar elementos relativos à caracterização do grupo, informações pertinentes à formação inicial e continuada, além de elementos que dizem respeito às condições de trabalho. Desse modo, a pesquisa se configura como descritiva, utilizando-se de questionários semiestruturados aplicados junto a 146 professores que atuavam na Educação de Jovens e Adultos no ano de 2015. Os resultados apontam para avanços referentes à profissionalização dos educadores, no entanto, indicam a necessidade de avanços, sobretudo no que diz respeito ao direito à formação contínua desses profissionais e as condições de trabalho.

Palavras-Chave: Diagnóstico. Perfil de Professores. Formação. EJA.

Introdução

O presente texto apresenta dados da pesquisa “Mapeamento do Perfil dos Professores de EJA no Maciço de Baturité: uma reflexão sobre formação, vida e trabalho”, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

O entendimento da Educação de Jovens e Adultos como um direito, positivado a partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 se constitui como um importante marco legal, histórico e político para esta modalidade de ensino. É importante destacar que no contexto social em que vivemos, a materialização do direito à educação precisa se constituir como uma vivência que ultrapassa questões objetivas, como o acesso a matrícula e a frequência às aulas. O direito à educação abrange elementos que se vinculam à inclusão social, o respeito e o direito às diferenças, a valorização da história e da cultura de cada comunidade, entre outras questões que vão de encontro à política da meritocracia desenvolvida pelas gestões de educação.

Assim, compreendemos que o papel do professor é marcado por tensões e contradições que limitam o seu trabalho, como a desvalorização do magistério, que interfere de forma cada vez mais negativa nas condições materiais de existência do professor, limitando seu acesso a cultura, saúde, lazer, entre outras questões.

Desse modo, o objetivo do presente texto é apresentar elementos relativos à caracterização do grupo, informações pertinentes à formação inicial e continuada, além de elementos que dizem respeito às condições de trabalho.

Metodologicamente, o estudo se pauta na abordagem quali-quantitativa (LAKATOS; MARCONI), tendo utilizado como estratégias de aproximação com a realidade a aplicação de questionários semiestruturados junto aos educadores de jovens e adultos do Maciço de Baturité no período de 2015. Os resultados apontam para avanços referentes à profissionalização dos educadores, no entanto, indicam a necessidade de avanços, sobretudo no que diz respeito ao direito à formação contínua desses profissionais.

Revisão da literatura

Ao realizarmos um levantamento sobre pesquisas que se debruçaram sobre o perfil dos professores brasileiros ao longo dos últimos cinco anos, encontramos produções de âmbito nacional que trazem diferentes leituras sobre o trabalho docente. A primeira obra, coordenada por Gatti e Barreto (2009), é intitulada “Professores do Brasil”.

A pesquisa em questão parte do reconhecimento dos professores como uma categoria profissional de extrema importância para a sociedade contemporânea e aponta para os desafios presentes no exercício da profissão como resultantes do recente processo de democratização do acesso da população à escola e das improvisações que se fizeram necessários ao funcionamento das instituições escolares neste contexto. São acrescentadas a estas questões, as urgências dos tempos atuais em relação às transformações sociais que atingem diferentes âmbitos da formação humana, interferindo na dinâmica dos processos de ensinar e de aprender. É importante citar que a pesquisa desenvolvida por Gatti e Barreto (2009) busca superar a imprecisão dos dados relativos à docência no Brasil, identificada a partir do cruzamento de relatórios de fontes diversas, pelos quais não se podia chegar a números precisos relativos aos professores da Educação Básica brasileira.

A segunda obra, de autoria de Gatti, Barreto e André (2011), intitulada “Políticas docentes no Brasil: um estado da arte” situa as discussões a partir do contexto contemporâneo, onde estão inseridas a cultura, a educação e as políticas voltadas aos docentes. As autoras chamam atenção, ainda, para as exigências sociais demandadas da docência e para os reflexos das políticas educacionais no cotidiano de trabalho dos professores que dizem respeito, entre outras questões, ao financiamento, às formas de regulação do currículo, o sistema de avaliação e, por fim, as políticas curriculares nos estados e municípios.

Os estudos mencionados se constituem como relevante fonte de reflexão sobre os desafios da docência na Educação Básica no contexto brasileiro. Verificamos que as discussões abrangem genericamente os contextos de atuação profissional, deixando uma lacuna referente às modalidades de ensino, nas quais se insere a Educação de Jovens e Adultos.

Uma terceira obra de referência, que foca seu olhar no estado do Ceará e na EJA, é o relatório da pesquisa intitulada “Diagnóstico das ações de alfabetização e educação de jovens e adultos (EJA) no estado do Ceará”. Coordenada pela professora Eliane Dayse Pontes Furtado (UFC), no ano de 2012. A pesquisa considerou o olhar de diferentes sujeitos, como professores, coordenadores, alunos e secretários de educação, em torno de programas de alfabetização de adultos, no caso o Programa Brasil Alfabetizado, e Educação de Jovens e Adultos presencial, com avaliação no processo. Contraditoriamente aparecem nos achados das pesquisas situações de precariedade e de distanciamento entre o direito proclamado e o direito vivido na EJA, e situações de mobilização em torno da qualidade das ações desenvolvidas.

Resultados e Discussões

O mapeamento foi construído com a participação de 146 docentes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Maciço de Baturité / Ceará, vinculados a 11 dos 13 municípios constituintes da região, utilizando um questionário semiestruturado composto por três grandes blocos: identificação pessoal; formação e trabalho.

a) Caracterização do grupo

No que diz respeito à caracterização do grupo de respondentes, podemos indicar elementos referentes ao gênero e à idade, com a predominância do feminino em relação ao masculino, a forte presença de jovens professores e uma significativa quantidade de professores autodeclarados pardos em relação aos demais grupos étnico raciais.

A predominância do feminino (79,31%), em relação ao masculino (20,68 %) apresenta a mesma tendência presente nos estudos de Gatti e Barreto (2009), ao apontarem que os postos de trabalho, registrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) para os profissionais do ensino, 77%, eram femininos. Tais dados são confirmados, ainda, no censo escolar realizado pelo INEP em 2014 que aponta para 80,1% de docentes do sexo feminino e 19,9% do sexo masculino.

No que diz respeito à faixa etária, os resultados mostram a predominância dos docentes que se encontram entre 30 a 35 anos (22,8%), com a proporção aproximada da faixa etária dos 41 a 45 anos (20,0%). Em seguida se encontra no intervalo entre 46 e 50 anos (13,8%). Já faixa etária de 50

anos ou mais atinge o percentual de 8,9%. Estes dados apontam para uma tendência que ocorre tanto no país como um todo, quanto na região nordeste e no estado do Ceará, que aponta para a predominância do número de professores com faixa compreendida entre 25 e 50 anos de idade (INEP, 2016).

Quanto ao pertencimento étnico-racial, verificamos a predominância dos autodeclarados pardos (73,8%) em relação às demais (amarela, branca, preta), que juntas correspondem a 26,2% do total de pesquisados. Os resultados obtidos apresentam a mesma tendência apontada pelo INEP (2016), com a predominância de brancos (43%), seguido de não declarados (27,7%) e pardos (24,5%). As demais raças apontadas no censo – preta, amarela e indígena – correspondem respectivamente a: 3,8%; 0,5% e 0,5%.

b) Formação Inicial

No que se refere à maior titulação dos investigados, os dados obtidos indicam o atual cenário quanto à formação dos educadores do Maciço de Baturité, além de fazer um levantamento comparativo entre Brasil, Nordeste, Ceará e Maciço. Pode-se observar, a partir do gráfico 3, quanto ao maciço que uma quantidade considerável de docentes da EJA possui titulação de pós-graduação (49,29%), seguido por professores que cursaram ou cursam a graduação (45,77%), sendo que ainda existem educadores que possuem apenas o ensino médio o que representa uma porcentagem pequena (4,90%).

Ao investigar sobre as instituições em que os professores cursaram sua graduação, pode-se perceber que 57,2% realizaram sua formação em instituições privadas, dando destaque a Universidade Estadual do Vale do Acaraú- UVA. Já entre as públicas, que corresponde a 34,5% dos respondentes, se destacam a Universidade Estadual do Ceará - UECE, em primeiro lugar, e a Universidade Federal do Ceará - UFC, em segundo.

No que diz respeito às áreas nas quais os docentes realizaram sua formação inicial, há uma evidente prevalência da área de ciências humanas (55,4%), seguida de linguística, letras e arte (18,4%), ciências exatas e da terra (7,5%) e ciências biológicas (4,7%). Outras áreas de atuação corresponderam a 6,1% do total de investigados, e 7,5% dos sujeitos não apresentou respostas para a questão. Quando interrogados sobre as contribuições da formação inicial para atuação na EJA, 66,9% relata que o curso superior colabora com a atuação na EJA.

Os conjunto de dados revela a observância da legislação brasileira no que diz respeito à qualificação profissional para atuação na EJA. No entanto, mostra que os educadores não realizam sua formação inicial em instituições públicas, revelando que a democratização do acesso a educação

superior ainda não chegou efetivamente para toda a população. É possível visualizar, ainda, o desafio da abordagem da EJA nos cursos de formação inicial de professores (BORGES, 2016).

c) Formação continuada

A formação contínua é um espaço de construção e reconstrução desta profissionalidade docente, desse modo, é reconhecida como um momento importante na vida profissional dos educadores. Ao indagarmos se os professores investigados haviam participado de alguma experiência de formação contínua nos últimos três anos, 44,8% indicaram que sim; 23,4% que não e 31,7% não responderam. Apesar de todos os desafios enfrentados pelos professores no processos de formação continuada, o coletivo de sujeitos investigados demonstrou interesse em participar de atividades formativas (81,4%).

No contexto atual, os professores têm sido conclamados a atuar como agentes de materialização das políticas educacionais, sendo, inclusive, responsabilizados por seu sucesso ou seu fracasso. Assim, é imperativo compreender que mais do que uma necessidade, a formação contínua se constitui como um direito do professor (LIMA, 2001).

d) Condições de trabalho

Quando indagados sobre a esfera de atuação, identificamos que a maioria dos professores se concentra na rede municipal de ensino, com 45,1%. A rede estadual conta com a participação de 45,1% dos professores. Esta realidade, quando comparada a contextos mais abrangentes apresentam a mesma tendência: o estado do Ceará, com 72,1% na rede municipal e 27,9% na rede estadual e a Região Nordeste, com 59,5% na rede municipal e 40,5% na rede estadual.

No que diz respeito ao tipo de vínculo empregatício dos entrevistados, identificamos a predominância dos contratos temporários (50%), em relação aos professores efetivados por concurso público (45,1). 4,9% não respondeu a questão. A presença de quadros docentes marcados pela instabilidade, relaciona-se à própria instabilidade da oferta de EJA no Brasil, em todas as suas regiões e estados (COSTA, 2014).

Ao indagarmos sobre a presença da gestão escolar no cotidiano da escola, 70,3% dos sujeitos, a gestão escolar é presente no funcionamento da EJA, em seguida surgem os que afirmam que às vezes estão presentes (19,3%) e 8,3% dos entrevistados falam sobre a ausência da gestão escolar.

Indagamos aos sujeitos investigados se os mesmos dispunham de tempo, em sua carga horária de trabalho, para planejamentos semanais, 84,8% afirmaram que sim, 11% informaram que não e 4,2% não responderam. Dentre os que afirmaram positivamente, 58,5% apontou que o

planejamento ocorre inclusive de forma coletiva. De acordo com Alarcão (2011), a presença da gestão e a realização de encontros de natureza coletiva colaboram com o processo de desenvolvimento da capacidade reflexiva da própria escola em relação ao seu papel, seus limites e desafios, mas também sobre suas potencialidades e possibilidades.

Conclusão

Tendo como objetivo a reflexão sobre a formação, vida e trabalho dos docentes da EJA, o presente trabalho fornece importantes pistas sobre o desenvolvimento dessa categoria. Tal investigação tem o potencial de situar os limites e as possibilidades de desenvolvimento de um bom trabalho por parte dos profissionais e indica, ainda, aos gestores as principais necessidades de investimento no processo de valorização do magistério na EJA, como formas de seleção, desenvolvimento na carreira, condições de trabalho, avaliação, entre outras. Os resultados deste mapeamento também se configuram como indicadores para avanços referentes à profissionalização dos educadores, no entanto, indicam a necessidade de avanços, sobretudo no que diz respeito ao direito à formação contínua desses profissionais.

Referências

- ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escolar reflexiva. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. **Lei 11.494**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Brasília, 2007.
- _____. **Lei 9394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- COSTA, Elisangela André da Silva. **A educação de jovens e adultos e o direito a educação: concepções e olhares de educadores e gestores escolares a partir das políticas educacionais do município de Horizonte / Ceará**. 205f. Tese (Doutorado em Educação). Fortaleza: UFC, 2014.
- FURTADO, E. D. P. Relatório do Diagnóstico das ações de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado do Ceará. Fortaleza: Tramity, 2012.
- GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. (Coord.). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. 294p.
- _____; _____. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011. 300p.
- BRASIL; INEP. **Censo Escolar 2014 - 2015**. Brasília: MEC, 2016.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed., São Paulo, Atlas, 2001. 288p.
- LIMA, M. S. L. **A formação contínua do professor nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional**. 2001. 188f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2001.